----------ATA Nº. 11----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2019: Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, reuniu pelas vinte horas, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

2) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

3) Lei dos Compromissos – Envio de Declarações; ----------

4) Proposta n.º 02/2018 – Proposta de Adesão do Município de Mealhada à Rede Global das Cidades de Aprendizagem da UNESCO; ----------

5) CPCJ – Relatório anual de atividade – 2018; ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, a Senhora Presidente da Mesa referiu que o 1º Secretário da Mesa iria proceder à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----

Os Senhores Deputados Municipais, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Cristiana Raquel Alves Duarte, Ruben Batista Fernandes, respetivamente. Os Senhores Deputados Municipais, Nuno Manuel Gouveia Alegre, Isabel Maria dos Santos Luzeiro e Jorge Manuel Ferreira Rama, não estiveram presentes. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba solicitou a sua substituição pelo Senhor Manuel Lindo Cardoso. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice- Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: ----------

1) A Senhora Helena Maria Abreu Pimenta de Oliveira, pediu a palavra, e no uso da mesma, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a limpeza da Quinta do Alberto, no centro do Luso, e quando seria efetuada. (inicio: após 6 minutos; fim: após 8 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor. Presidente da Câmara o qual respondeu que este seria limpo até junho, tal como outros, nos termos da Defesa da Floresta Contra Incêndios e que a desmatação teria de ser feita com empresas especializadas para que não houvesse risco de derrocada. (inicio: após 8 minutos; fim: após 9 minutos) ----------

Após o esclarecimento, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se haviam inscrições, onde se seguiram as abaixo descritas.----------

1) No uso da palavra, o Deputado Municipal João Louceiro, leu a seguinte intervenção: -

"Acerca da não disponibilização dos projetos de ata das sessões anteriores, sendo uma situação que não é nova, o que se passou? ----------

Estes atrasos prejudicam a divulgação e a prestação de contas devida pela assembleia municipal; dificultam o acompanhamento da atividade deste órgão autárquico; contribuem para a desvalorização que temos denunciado; dificultam o trabalho de preparação das sessões da assembleia. ----------

Como já noutras alturas tivemos oportunidade de referir, é responsabilidade da presidente da AMM garantir que o núcleo de apoio a este órgão, a afetar pela câmara, seja adequado ao respetivo funcionamento. ----------

Porque não faz parte da ordem do dia desta sessão, abordamos neste período uma outra questão que entendemos que precisa de atenção urgente e agendamento para próxima sessão da assembleia; não deverá ser excluída, até, a hipótese de convocação de uma sessão extraordinária para sanar o problema. ----------

Na sessão de dezembro foi forçada a inclusão de um ponto não previsto na ordem do dia: Proposta de aquisição de quotas da Escola Profissional da Mealhada, Lda. As condições em que foi tomada a decisão de aprovar a proposta vinda na véspera da câmara são inaceitáveis, desde logo pela complexidade e extensão do dossiê e, portanto, por evidente falta de tempo de análise e pela forma irrefletida como tudo aconteceu. ----------

Mas como alguém nos lembrava ao conversar precisamente sobre estes acontecimentos, não são poucas as vezes em que os responsáveis do PS na Mealhada confundem o número de votos que têm, neste caso na assembleia, com a razão que muitas vezes não têm. Salvo melhor opinião, a decisão de inclusão do referido ponto na ordem do dia foi tomada de forma ilegal, pelo que a deliberação que dela decorre, de aprovação da proposta da câmara para a aquisição das quotas da EPVL, é passível de impugnação. Estamos, neste caso perante um ato que será sempre inválido, podendo até suscitar dúvidas sobre a sua nulidade. ----------

O primeiro erro cometido, quanto a nós, tem a ver com o número de elementos que foram considerados para a determinação da maioria qualificada exigida para o reconhecimento da urgência e inclusão do ponto da ordem do dia. O regimento desta assembleia e outras fontes exigem a maioria de dois terços do número legal dos seus membros. Ora, esta assembleia, como próprio regimento confirma, é composta por 27 elementos (21 eleitos ao nível municipal e 6 presidentes de juntas de freguesia). 27 é o número legal de membros; não passa a ser 26, 25 ou 20, em função de ausências que se verifiquem numa sessão. ----------

É certo que a atual versão do CPA, no seu artigo 26.º, não usa a expressão "número legal" dos membros do órgão, limitando-se a falar em membros do órgão. Reconheça-se, no entanto, que sendo 27 o número de membros desta assembleia, não passa a ser outro qualquer porque hoje algum dos seus elementos. ----------

O primeiro erro, portanto, foi a mesa considerar que, naquele caso os dois terços não seriam calculados sobre os 27 eleitos que constituem a assembleia municipal da Mealhada. ----------

O segundo erro decorreu da forma como a mesa considerou, não obstante os alertas, que estavam atingidos os dois terços para inscrever o assunto na ordem do dia. ----------

Admitamos, mas sem conceder, até porque para aqui não é relevante, que a determinação dos dois terços fosse feita num universo de 26 eleitos e não 27, como devia ter sido. O que a lei determina é, portanto, uma maioria qualificada de dois terços; mais pode ser mas nunca menos do que isso! ----------

Ora, 17 votos a favor, como se verificou, mesmo num universo de 26 votantes, não perfazem o mínimo de dois terços; são menos do que dois terços, não chegam a dois terços... Ao efetuar o cálculo, verificamos que dois terços de 26 dá mais do que 17 (dá 17,3333... dízima infinita periódica, já agora). ----------

Então, para respeitar a exigência legal, teria de haver pelo menos mais um voto, o que não sucedeu: a inclusão do ponto teria de ser aprovada por 18 eleitos e não apenas 17. Porque estamos a falar de número de votos, 18 é o primeiro número inteiro acima dos 17,333; 17 também é número inteiro mas não chega a ser dois terços de 26. ----------

Quer isto dizer que a decisão da mesa de aceitar a introdução do ponto não respeitou a lei. Quer isto dizer que a decisão tomada nessas condições é nula. Não nos oferece dúvidas. Como diz o art.º 161.º do CPA, no seu ponto 2: "São, designadamente nulos: h) As deliberações de órgãos tomadas tumultuosamente ou com inobservância do quórum ou da maioria legalmente exigidos". ----------

Cumpre ainda lembrar que "O ato nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos, independentemente da declaração de nulidade" (art.º 162.º, n.º 1) e que "Salvo disposição legal em contrário, a nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado e pode, também a todo o tempo, ser conhecida por qualquer autoridade e declarada pelos tribunais administrativos ou pelos órgãos administrativos competentes para a anulação." (n.º 2 do mesmo artigo). ----------

Dispensamo-nos de citar aqui o que o artigo seguinte do CPA, artigo 163.º, dispõe acerca de "Atos anuláveis e regime de anulabilidade". No entanto, parecem-nos evidentes os riscos do que pode acontecer a uma decisão tomada nos termos intempestivos e imponderados que aqui aconteceram relativamente à aquisição de quotas da EPVL. -----

Fará a mesa desta assembleia como a avestruz ou, reconhecendo que o assunto não foi tratado com competência, não obstante o peso de maioria que o PS aqui tem, procurará resolver este imbróglio para a autarquia, para a escola e para o município? ----------

A partir do parecer que a senhora presidente enviou e que agradecemos, no qual terá sustentado a sua decisão sobre o assunto, parece-nos que haverá um caminho para resolver o que foi feito de forma ilegal na sessão de 27 de dezembro. A solução para evitar graves e não impossíveis dissabores estará, porventura, na ratificação prevista no art.º 164.º do CPA. ----------

Lembra o parecer enviado que a ratificação é uma ato administrativo pelo qual o órgão competente decide sanar um ato anulável anteriormente praticado suprindo a ilegalidade que o vicia. Salvo melhor opinião, repetimos, é este o caminho que deve ser agora seguido. Entendemos que não nos cabe a nós solicitar a inclusão de um ponto para esse efeito na ordem do dia de uma próxima sessão ou, talvez ainda mais avisado, perante a situação de ilegalidade em que está a deliberação acerca das quotas da escola, marcar uma sessão extraordinária para ratificar o ato. ----------

A mesa e a maioria do PS nesta assembleia ficam com a responsabilidade política de o fazer ou não e, já agora, de lembrar no futuro, se disso forem capazes, que ter razão e ter a maioria dos votos não são de forma alguma a mesma coisa!". (inicio: após 10 minutos; fim: após 19 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa explicou a questão das atas pelas ausências justificadas de funcionários ao serviço, pediu desculpas mas que é uma questão que está para além do que foi possível fazer para resolver a questão. ----------

2) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal Ana Luzia, salientou a importância dada ao pilar da Educação no concelho e sobre a Escola Profissional da Mealhada, afirmou que foram confrontados e forçados a tomar posição política sobre decisões precipitadas explicando as razões pelas quais o Bloco de Esquerda questiona a opção. (inicio: após 20 minutos; fim: após 25 minutos) ----------

3) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Isabel Santiago, em representação dos Juntos pelo Concelho da Mealhada apresentou uma Moção sobre a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, a qual foi lida na íntegra e que *a seguir se transcreve:* ----------

"----------Moção----------

Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género ----------

O bem jurídico protegido no crime de violência doméstica, autonomizado do crime de maus tratos a que alude o art.152-A, do Código Penal, continua a ser plural, complexo, abrangendo a integridade corporal, saúde física e psíquica e a dignidade da pessoahumana. Ora, quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos no contexto de relação conjugal ou análoga e, mesmo após cessar essa relação, como nas restantes circunstâncias previstas art° 152° do Código Penal, incorre no crime de violência doméstica. ----------

Esta perspectiva acompanha instrumentos internacionais, vinculativos para o Estado Português, destacando-se, em especial, a Convenção das Nações Unidas sobre aEliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). ----------

Porém, apesar das existentes Estratégias Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, doze pessoas morreram vitimas deste crime, desde o dia 1 de janeiro de 2019. Destes números resultam onze mulheres, entre elas uma bebé de 2 anos, e um homem, todos atacados até à morte por familiares, companheiros ou ex-companheiros. ----------

O último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), publicado em Março de 2018, mostra que em 2017 foram registadas pelas forças de segurança 26.713 participações por violência doméstica. ----------

Segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas, "503 mulheres foram mortas em contexto de violência doméstica ou de género entre 2004 e o final de 2018." ----------

A este flagelo nacional, acresce o preocupante número de violência no namoro. ----------

Segundo um estudo, nacional, realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e pela secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 58% dos jovens referem indicadores de violência no namoro. No que aos diferentes tipos delegitimação diz respeito, o relatório é claro, o controlo é legitimado por (27%) dos jovens, seguido da perseguição (24%), da violência sexual (24%), da violência através das redes sociais (23%), violência psicológica (16%) e, finalmente, a violência física (9%). Através da comparação com os dados do Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro de 2018, podemos constatar, ainda, que aumentou para o dobro, a vitimação em praticamente todas as formas de violência. ----------

Ora, este aumento de vitimação no namoro, acrescido do galopante número de vitimasde violência doméstica, incluindo nos idosos, obriga-nos a concluir, que o trabalho realizado neste âmbito está aquém das necessidades reais. ----------

O Grupo Municipal da Coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada considera indispensável e urgente que a Câmara Municipal de Mealhada entenda como prioridade a Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica. ----------
Com efeito, se logrará melhorar o combate e a prevenção destes crimes, com o objetivo de erradicação da violência e promoção dos Direitos Humanos. ----------
Assim, pelos argumentos expostos, a Assembleia Municipal de Mealhada, reunida em sessão ordinária no dia 28 de fevereiro, de 2019, delibera que o Executivo da Câmara Municipal de Mealhada: ----------
1. Crie uma Estratégia e Respectivo Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, auscultando as diversas entidades de primeira linha, e outras que partilhem do mesmo objectivo. ----------
1.1. A Estratégia e o Plano Municipal, assim que concluídos, devem serdivulgados publicamente e remetidos aos deputados municipais. ----------
2. Crie um gabinete de apoio à vitima, inclusive crianças, num espaço do Município de Mealhada. Os serviços podem ser prestados em cooperação com entidades especializadas e recorrendo a fundos nacionais para o efeito. ----------
3. Promova elou desenvolva regularmente campanhas ou programas de sensibilização, em cooperação com as instituições de direitos humanos, as organizações da sociedade civil e as organizações não governamentais, para aumentar a consciencialização para a problemática da violência doméstica.4. Intensifique os apoios às vitimas de violência doméstica, na área da habitação, com especial enfoque nas que se encontram nas respostas de acolhimento de emergência e casas de abrigo. ----------
4.1. Estude a hipótese de o Município de Mealhada ter, algumas, casas disponíveis e dedicadas para as vítimas deste crime. ----------
5. Intervenha junto das pessoas agressores, para prevenir a reincidência e a promoção da responsabilidade do comportamento violento. ----------
6. Promova e/ou desenvolva campanhas de combate à violência no namoro direcionadas aos jovens. ----------
7. Potencie a formação das/dos funcionários da autarquia sobre este tipo de crimes. -----
Assume especial importância, no caso da violência doméstica, em virtude da denúncia ser obrigatória para os funcionários públicos, nos termos do art. 242.°, n.°1, alinea b), do Código de Processo Penal. ----------
8. Intensifique a informação e divulgação sobre a Prevenção e Combate à ViolênciaDoméstica e de Género, para o efeito deve: ----------
8.1. Criar uma página autónoma ou no site da Câmara especifica para os temas relacionados com a violência doméstica e de género, futuras iniciativas e outras informações relevantes; ----------
8.2. Promover uma ampla divulgação de informação sobre as iniciativas realizadas pela autarquia ou por outras entidades, que visem prevenir e combater a violência de género e a violência doméstica. ----------
8.3. Utilizar os instrumentos de comunicação da Câmara para divulgar os contactos das entidades de primeira linha e associações, que preconizem a ajuda das vitima destes crimes. ----------

9. Elabore e remeta aos deputados municipais, para conhecimento, um relatório anual de execução das iniciativas promovidas e realizadas pelo Município de Mealhada no âmbito da Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. ----------
Mealhada, 28 de fevereiro de 2019 ----------
O Grupo Municipal da Coligação Juntos Pelo Concelho de Mealhada na Assembleia Municipal de Mealhada". (inicio: após 25 minutos; fim: após 33 minutos) ----------
4) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal Ana Luzia traz uma pergunta direcionada aos Senhores Vereadores dos Juntos sobre a reunião de 26 de dezembro, pretende saber se já avançaram com a impugnação judicial em relação ao assunto da escola profissional, Apresentou ainda uma Moção sobre o Dia Internacional da Mulher que se fez distribuir pelos presentes e *que a seguir se transcreve:* ----------
"Moção sobre o Dia Internacional da Mulher ----------
Em 1857, (há 162 anos) no mês de março um grupo de mulheres operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque disseram "basta " e fizeram greve pela redução do número de horas de trabalho e pelo direito à maternidade. Trabalhavam dezasseis horas por dia e recebiam menos de um terço do salário dos homens. ----------
Nesse dia 8 de março, morreram carbonizadas mais de 100 dessas mulheres num incêndio na fábrica onde estavam em luta. ----------
O incêndio não foi capaz de calar o grito de revolta dessas mulheres e, desde então, comemora-se o dia 8 de março em sua homenagem, para que o seu testemunho perdure de geração em geração. ----------
As mulheres continuam na globalidade do mundo a ser um dos grupos mais fragilizados pela sociedade. Elas constituem mais de metade dos pobres a nível mundial e 300 00 ainda morrem vítimas de problemas associados à gravidez e ao parto. ----------
Em Portugal, os dados mais recentes do Ministério do Trabalho sobre questões salariais revelam que as mulheres portuguesas ganham menos 176 euros por mês do que os homens. Para atenuar esta situação, entrou recentemente em vigor (no passado dia 21), a Lei da Igualdade Salarial que obrigará as empresas, em caso de denúncia, a justificar a diferença salarial sempre que as funções desempenhadas forem as mesmas. São pequenos passos, mas não podemos baixar os braços e devemos exigir muito mais. ----
Exigir uma verdadeira igualdade salarial, condições de acesso a trabalho não precário, sem discriminações, sem assédio sexual e moral, direito a um projeto de vida digno e autónomo onde a gravidez ou o cuidado com descendentes e ascendentes não sejam argumentos escondidos para despedir ou discriminar, exigir respostas públicas para o incremento de serviços e redes de apoio, tais como creches, lares, cantinas e apoio domiciliário. ----------
Em vésperas do Dia Internacional da Mulher, não podemos deixar de referir aquilo que é um autêntico e trágico campo de batalha, o da violência doméstica. ----------
Em média, 35 mulheres são mortas em contexto de violência doméstica em Portugal. No ano passado, 30 foram assassinadas. Este ano, em dois meses já morreram 11. ----------
Há 19 anos, a Assembleia da República, por proposta do BE, classificou o crime de violência doméstica como crime público, deixando assim de depender da queixa da vítima. Em 2014, conseguimos que a violação também tivesse a mesma classificação. --
Temos continuado a apresentar no parlamento várias propostas legislativas que preveem a criação de tribunais especializados e o endurecimento da moldurapenal para crimes de violência doméstica e sexual, nomeadamente sobre crianças. ----------
São, pois, várias as bandeiras de luta das mulheres dos nossos dias. O legado daquelas operárias nova-iorquinas chegou até nós, mas ainda não atingimos como sociedade o pleno da igualdade, do respeito nem da dignidade que elas tão bem defendiam. ----------

Assim, a Assembleia Municipal da Mealhada, reunida em plenário do dia 28 de fevereiro de 2019, delibera: Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher do próximo dia 8 de março, saudando igualmente todas as conquistas históricas que foram feitas na luta pela igualdade. 28 de fevereiro de 2019, ----------
A deputada do BE Ana Luzia Cruz ----------
A deputada apresentou ainda uma Proposta de recomendação sobre a Criação da figura do Provedor Municipal dos Animais, que a seguir se transcreve: ----------
Proposta de recomendação - Criação do Provedor Municipal dos Animais ----------
Considerando que, ----------
a) Na Mealhada, tal como em muitos outros municípios portugueses, estima-se que exista um número considerável de animais de companhia aos quais acrescem ainda as colónias de animais de rua. É sentida através dos contactos com a população a necessidade de desenvolver políticas municipais para a melhoria do bem-estar dos animais e de quem assume a responsabilidade de cuidar deles, bem como do cumprimento da legislação e dos regulamentos municipais, nomeadamente na higiene pública, nos comportamentos de pessoas face a animais e no apuramento da responsabilidade em matéria de fiscalização e atuação legal. ----------
b) É neste contexto que urge a necessidade de criar uma figura que garanta a efetiva representação dos interesses relativos ao bem-estar animal e ainda estabeleça a ligação entre munícipes e associações locais com a autarquia. ----------
c) Considerando o quadro legislativo vigente em Portugal, constata-se que a figura mais idónea para receber críticas, sugestões, reclamações e pedidos pontuais de informações ao mesmo tempo que garante a defesa imparcial da comunidade é a do Provedor. --------
d) Este cargo requer uma figura unipessoal, autónoma, imparcial e desprovida de poderes injuntivos nas suas decisões, desempenhado por um ou uma cidadã, a designar, que tenha espírito de missão, conhecimento de causa e reconhecida atuação na defesa e proteção dos animais e que tem por missão a defesa e prossecução dos direitos e interesses dos animais no município da Mealhada, através da identificação dos problemas, sugestões de políticas municipais a adotar, recebendo e tratando as queixas recebidas sobre animais no município e estabelecendo a comunicação entre o município, os munícipes, as associações e as entidades oficiais com responsabilidades de atuação.
e) A figura do Provedor Municipal dos Animais, enquanto entidade autónoma, imparcial e independente, encontra enquadramento legal para a sua criação nos artºs. 33.º, n.º 1, alíneas ii) e jj), bem como 3.º, al. d) e 4.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------
A Assembleia Municipal de Mealhada, na sua sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal da Mealhada: ----------
1. Criar a figura do Provedor Municipal dos Animais da Mealhada com as características supra descritas; ----------
2. Desenvolver e aprovar um regulamento do Provedor Municipal dos Animais da Mealhada. ----------
Mealhada, 28 de fevereiro de 2019, ----------
Ana Luzia Cruz, Deputada Municipal". (inicio: após 35 minutos; fim: após 44 minutos) ---
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o qual esclareceu que o ensino profissional da Mealhada é público e não privado e frisou que o

que é verdadeiramente importante é a qualidade do ensino e dos profissionais que lá são formados. Relativamente à Moção sobre a violência doméstica, o município já está a trabalhar neste âmbito com técnicos superiores qualificados e por isso considera desajustada a Moção apresentada. Quanto à proposta de recomendação de criação do Provedor do Animal, o Senhor presidente refere que não há uma única queixa relativa a este assunto que não tenha sido reportada quer às autoridades competentes, quer aos técnicos ou veterinária municipal local que acompanha os casos, como tal considera igualmente desnecessário a criação da função. (inicio: após 45 minutos; fim: após 53 minutos) ----------

5) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Santiago, pediu a palavra em defesa da honra e disse que não disse que nada se fazia no município em defesa das vítimas e violência doméstica, mas sim, que poderia ser feito mais em relação a este assunto e sentiu-se estupidificada. (inicio: após 53 minutos; fim: após 54 minutos) ----------

6) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia, expressou o seu repúdio por expressões como "que eu saiba aqui não morreu ninguém de violência doméstica" e "deixemo-nos de conversas" utilizadas pelo senhor Presidente da Câmara. (inicio: após 55 minutos; fim: após 57 minutos) ----------

A senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que explicou que o que tinha dito foi, que não era do seu conhecimento que alguém tivesse morrido de violência doméstica no concelho. Quanto à Moção voltou a frisar que, se fosse ele, votaria contra e que ninguém o impede de dizer o que acha por bem, até porque os serviços da câmara já fazem muito do que lá foi mencionado. (inicio: após 57 minutos; fim: após 59 minutos) ----------

7) A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, em defesa da honra, sentiu-se igualmente estupidificada pela deputada dos Juntos por esta insinuar que não teriam capacidade para decidir, por si, o sentido de voto. Pediu ainda esclarecimentos sobre a proposta, que custos terá o Provedor para o município, e quanto à moção, questionou em que é que se traduz a mencionada saudação. (inicio: após 59 minutos; fim: após 1h 00 minutos) ----------

8) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Cristiana Duarte, mencionou um caso de homicídio e consequente suicídio, no concelho da Mealhada em 2016, tudo indicando ser proveniente de violência doméstica. (inicio: após 1h 00 minutos; fim: após 1h 01 minutos). ----------

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que, infelizmente, o referido caso lhe era muito próximo e que continua ainda em investigação. (inicio: após 1h 01 minutos; fim: após 1h 02 minutos) ----------

9) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia, em resposta à Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, afirmou que a figura do Provedor não acarreta encargos ao município, no entanto, esse critério ficará esclarecido no regulamento elaborado para o efeito. Em relação à saudação, será uma associação do município a todos os atos de celebração e comemoração referentes desta data. (inicio: após 1h 02 minutos; fim: após 1h 05 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções relativas a este ponto, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Moção apresentada pelos Juntos. ----------

Votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, e João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Manuel Lindo Cardoso,

substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais:Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Cristiana Raquel Alves Duarte, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro.----------

A Moção foi rejeitada (reprovada) com 18 votos contra e 8 votos a favor. ----------

O PCP faz a sua declaração de voto contra a Moção apresentada e refere não estarem em causa as considerações feitas, mas discordam com a imputação de responsabilidades à Câmara, nesta matéria. (inicio: após 1h 11 minutos; fim: após 1h 13 minutos) ----------

A bancada do PS também votou contra, tendo, no entanto, esclarecido que não foi por indicação do Senhor Presidente da Câmara, mas porque entendem que não se pode imputar a responsabilidade desses atos à Câmara, e ainda, porque a Moção demonstra ignorância completa sobre o que já é feito no concelho. (inicio: após 1h 13 minutos; fim: após 1h 15 minutos) ----------

A Senhora Deputada Municipal, Ana Paula Coelho, interveio manifestando o seu desagrado por entender que estava a ser fotografada durante a votação, agradecendo que tal não aconteça por ter direito à imagem, principalmente, em momento de voto, uma vez que é um direito pessoal, livre e voluntário e que não quer que esse momento fique registado, e muito menos, publicado nas redes sociais, tal como ninguém a vê a fotografar. (inicio: após 1h 15 minutos; fim: após 1h 17 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa fez também a sua declaração de voto contra, referindo, a necessidade de intervenção, mas não concordando com a forma como ali foi preconizada. (inicio: após 1h 17 minutos; fim: após 1h 19 minutos) ----------

O Bloco de Esquerda fez a sua declaração de voto a favor, uma vez que consideram que se pode fazer mais dentro do município. (inicio: após 1h 19 minutos; fim: após 1h 21 minutos) ----------

A Senhora Deputada, Isabel Santiago, colocou ainda uma questão à Mesa sobre quando é que se pode tirar fotografias numa assembleia que é pública e quem é que as pode tirar, alegando ainda que o seu filho teria sido fotografado pela senhora Vereadora e que tal não lhe teria sido dada permissão. (inicio: após 1h 21 minutos; fim: após 1h 23 minutos) -

A Senhora Vereadora Arminda Martins, pediu a palavra, para em defesa da honra intervir, referindo que a Senhora Deputada acabou de referir, que a Vereadora tirou fotografias ao filho, que ficasse em ata para memória futura. (inicio: após 1h 23 minutos; fim: após 1h 24 minutos) ----------

A Senhora Deputada Municipal, Susana de Almeida, interveio referindo que toda a gente tem direito à sua imagem e que a mesma só pode ser exposta e produzida, se a pessoa consentir, estipulando o art.º 79º, nº 2 que, excecionalmente, essa exposição seria permitida se se estiver num local público, mas no n.º 3 existe uma exceção à exceção, referindo que, pese embora num local público, existam fins científicos, de investigação, etc, se dessa produção, resultar prejuízos para a sua honra, decoro, ou outras, a pessoa pode não consentir, e neste caso, estavam a tirar fotografia ao sentido de voto, e a pessoa pode não querer que se saiba o sentido de voto. (inicio: após 1h 24 minutos; fim: após 1h 25 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa referiu que houve uma declaração de vontade expressa, no não consentimento para utilizar o direito à imagem, porque não se deve confundir quando é num local público e a utilização da imagem, e aqui houve uma pessoa que expressamente veio dizer que não quer, que não consente. (inicio: após 1h 25 minutos; fim: após 1h 26 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a Moção sobre o Dia Internacional da Mulher, apresentada pela Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz. ----------

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais:Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Cristiana Raquel Alves Duarte, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Ruben Batista Fernandes, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira,Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigueseos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; Votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: Manuel Amorim da Silva e Manuel Lindo Cardoso, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba. A Senhora Deputada Municipal Mara Lúcia Lopes dos Santos e os Senhores Presidente da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e da Freguesia de Vacariça, abstiveram-se, ----------

A Moção foi aprovada por maioria, 21 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções. ------

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a Proposta de Recomendação – Criação do Provedor Municipal dos Animais, apresentada pela Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz. ----------

Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, e João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais:Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Cristiana Raquel Alves Duarte, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e Ana Luzia Quintela Santos Cruz. Os Senhores Deputados Municipais, Susana Catarina Simões de Almeida,Ruben Batista Fernandes,João Manuel Lima Louceiro e Manuel Lindo Cardoso, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, abstiveram-se. ----------

A Proposta de Recomendação foi rejeitada, com 14 votos contra e 8 votos a favor e 4 abstenções. ----------

------ Terminadas as votações, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**: ----------

1) INFORMAÇAO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA C) DO Nº2 DO ARTIFO 25º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:----------

------ A Senhora Presidente da Mesa pediu as inscrições passando a palavra ao Deputado Municipal, Raul Rodrigues. ----------

1) No uso da palavra, o Senhor Deputado, Raul Rodrigues, referiu a demora das obras da Escola Secundária da Mealhada e que causam perturbações no funcionamento da EB 2,3 da Mealhada. Perguntou o que foi feito desde a ultima reunião de assembleia

municipal onde os representantes dos encarregados de educação demostraram a sua preocupação sobre este assunto. Fez ainda algumas solicitações de melhoramento dos espaços para alunos, professores e pessoal não docente, durante o período das obras. (inicio: após 1h e 29 minutos; fim: após 1h e 31 minutos) ----------

A senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara e este afirmou que as obras não estavam a correr de forma satisfatória e foi tentado tudo para ser recuperado o tempo já perdido. Quanto à EB 2,3 não havia outra solução do que a presente. As opções de atuação possíveis perante o empreiteiro não pareceram, mediante análise, boas opções a tomar e qualquer uma delas iria atrasar ainda mais este processo. (inicio: após 1h e 32 minutos; fim: após 1h e 37 minutos) ----------

2) No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, esclareceu que a escola sofreu obras significativas por volta do ano 2000/2001, assumidas pelo Ministério, que se subdividiram em 4 fases e a 4ª nunca chegou a acontecer. Esperava agora que estas fossem o culminar dessa quarta fase, e como professor, reconhece a iniciativa da Câmara mas lamenta como está a decorrer. (inicio: após 1h e 38 minutos; fim: após 1h e 42 minutos) ----------

3) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia, gostaria que chegassem a uma solução conjunta para que não se sentissem impossibilitados nem inibidos de tomar qualquer atitude perante a situação em causa e considera haver coisas que não será necessário esperar pelo quadro comunitário para resolver e conseguir dar as condições mínimas aos alunos e aos profissionais que lá trabalham. Solicitou algumas informações sobre as lombas colocadas, recentemente, na Pampilhosa que parecem estar a danificar viaturas; sobre as refeições escolares que alguns alunos e encarregados de educação se queixam da quantidade e qualidade dos alimentos e monotonia das ementas, questionando sobre as conclusões que têm tirado nas reuniões com a empresa fornecedora; na ação social sobre o programa parental e o que está a ser feito para melhorar a adesão às sessões: (inicio: após 1h e 42 minutos; fim: após 1h e 50 minutos)

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que clarificou que, em relação à escola, não se pode alterar a lei da Contratação Pública e que uma vez adjudicada a obra, os contratantes passam a ser "reféns" dos empreiteiros. Relativamente às lombas da Pampilhosa, esclareceu que todas foram pedidas e analisada a sua instalação por técnicos especializados da Câmara, e só depois, decido se se justifica, ou não, a sua colocação. Quanto às refeições, se o município aceitar a transferência de competências, passam a ser responsabilidade da Câmara, e não do Ministério, bem como, o direito ao edifício. ----------

Quanto à ação social, e à pouca permanência na educação parental, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que esclareceu que as refeições do 1º ciclo e Pré-escolar são da responsabilidade integral da Câmara e que as do 2º e 3º ciclos e Secundário são da responsabilidade integral da DGEST que contrataram através de um concurso regional, por um período de 3 anos. Relativamente à educação parental, a autarquia fez a distribuição por todas as escolas e turmas do concelho da comunicação para estarem presentes nas sessões que decorrem na EB1 da Mealhada, e apenas se inscreveram 7 encarregados de educação. Pediram a colaboração da CPCJ, no entanto,

a adesão não se fez sentir. Contudo, ficam os técnicos capacitados para se fazer uma nova tentativa no futuro. (inicio: após 1h e 50 minutos; fim: após 2h e 11 minutos) ---------

4) No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, formulou as seguintes questões, que a seguir se transcrevem: ----------

"A partir da informação elaborada pela Divisão de Administração e Conservação do Território... ----------

- Sala Polivalente no Luso e requalificação conexa: passaram dois meses desde que foi aqui pedido um ponto da situação de uma obra anunciada e publicamente apresentada há bastante tempo mas que ainda não arrancou; a nota da Divisão dá conta de retificações apresentadas no passado dia 4 que estarão em análise. O está a acontecer? Em que mês vai começar a execução deste projeto no Luso? ----------

- O projeto referente à Reabilitação do Regadio do Luso, Vacariça e Mealhada aguarda parecer do ministro Capoulas Santos, aparentemente, desde 2017; aguarda também a elaboração da planta parcelar. A quem compete fazer esta planta? Já está feita? Entretanto o ministro Capoulas Santos já se dignou enviar o parecer do seu ministério? Que diligências tomou a câmara para que, tanto tempo depois, a execução deste projeto não continue, como parece, encalhada na não emissão de parecer pelo ministro? Que previsão faz para o arranque da execução? ----------

- Balneários do Campo de Futebol Municipal do Luso: lá continuam os contentores... Em que mês prevê a câmara ter a obra concluída, pronta a usar, e poder retirar os contentores e, também, deixar de pagar o seu aluguer? ----------

- Escola Secundária da Mealhada: teremos obra concluída antes do final do ano letivo, quando o previsto era que no final do primeiro período aquela escola e a EB 2, 3 regressassem à normalidade? ----------

- Requalificação da Baixa da Pampilhosa: a Divisão dá conta de uma nova reunião de trabalho com o gabinete de projeto, realizada já este mês. Há alguma novidade que possa ser dada a esta assembleia? ----------

- Sobre o Novo Edifício Municipal... Não vislumbramos sinais de que este projeto veja a luz do dia, em termos de execução, nos próximos anos... Porventura, juntamente com outros projetos anunciados e reanunciados chegará ao fim do atual mandato, transferindo-se para a campanha eleitoral e, quiçá, para os próximos mandatos. E há neste atraso uma preocupação que queremos destacar. Foi o próprio presidente da câmara que em sessão ocorrida em mandato anterior expressou a sua preocupação – nossa também – pela segurança de quem trabalha no atual edifício da câmara, designadamente no piso do sótão. Numa situação, por exemplo de incêndio, seria muito provável a ocorrência de uma tragédia! Pergunta simples e direta: o projeto de execução do novo edifício tem condições para ainda arrancar este ano? ----------

- Substituição da Cobertura e Outros Trabalhos de Conservação no Pavilhão Desportivo da Mealhada: a informação da Divisão dá conta de que não houve qualquer desenvolvimento na elaboração do projeto, mantendo-se a situação anteriormente relatada. O que se passa em relação a isto?! Quando é que isto avança, afinal? Ficámos a saber que em final de janeiro terá ocorrido um acidente grave – e muito preocupante! – com um jovem que estava num treino de hóquei em patins e que foi atingido na cabeça por uma estrutura ou uma peça que pensamos estar ligada à cobertura do equipamento. Terá sido no pavilhão de treinos. A câmara confirma esta informação? Qual é o estado da vítima desse acidente? O que fez a câmara? Não deveria já ter interditado o uso das instalações? Há alguma ação contra a câmara por causa do acidente? Que medidas é que a câmara tomou para que, pelo menos, não ocorram mais acidentes deste tipo? E mais do que isso: quando é que vão ser realizados a substituição da cobertura e os outros trabalhos de conservação? ----------

- E voltamos ao mesmo assunto... Desde final de dezembro, última sessão ordinária desta assembleia, verificamos, de cada vez que ali passamos que a derrocada junto à Av.ª Emídio Navarro e Rua do Forno, no Luso, está na mesma. Passou, o verão, passou o outono, estamos a chegar ao fim do inverno; o concurso para adjudicação foi lançado como concurso público urgente porque era para ser mais rápido, mas ainda está, dizem-nos, "a aguardar a entrega dos documentos de habilitação". Pergunta direta: é em março que se iniciam os trabalhos? Será em abril? Quando? Em que mês? ----------

- Relativamente à requalificação da Mata Nacional do Buçaco, recuperação do Convento de Santa Cruz e das Capelas dos Passos da Via Sacra. A obra foi consignada em março de 2018 com um prazo de execução de um ano. Que ponto da situação pode a câmara fazer a esta data? ----------

- E sobre as obras de requalificação dos Jardins de Infância de Casal Comba, Carqueijo e Canedo? ----------

- Na informação enviada pela Divisão ainda não há qualquer apontamento sobre o Centro de Recolha para Animais Errantes – Canil Municipal, apesar de, em algumas alturas ir ficando a ideia de que é desta que a coisa pode avançar! Depois... nada acontece. Temos razão em relação a isto ou aconteceu alguma coisa de concreto relativamente ao projeto de centro de recolha para animais errantes no nosso concelho? ----------

Sobre a informação coligida pela divisão de Educação, as seguintes perguntas: ----------

- Na informação da divisão de Educação é dada conta da atribuição de uma bolsa de estudo no ensino superior. O que deve ser dito sobre esta atribuição, designadamente, porque é que a data ali constante é 11 de fevereiro, quando, como sabemos o ano letivo já começou há vários meses? ----------

- A este propósito, damos conta de que não encontrámos na página do município o Regulamento de Atribuição de Bolsas cuja revisão foi aprovada por esta assembleia no dia 27 de dezembro. A versão que está acessível tem data de publicação de 2014. Em contrapartida, e bem, já estão disponíveis os outros regulamentos aprovados na sessão de dezembro. ----------

- Já agora, com frontalidade, damos nota de que procurámos aceder ao regulamento desde logo porque queríamos confirmar se estaria a ser divulgada o texto que aqui tentámos melhorar com os alguns contributos. Recordamos que essa tentativa mereceu uma, para nós, incompreensível reação do senhor vice-presidente que, por certo, não terá entendido que a crítica a um texto mal escrito não é uma ataque a que tem de responder e não terá também entendido que a existência de processos de discussão pública não pode inibir os eleitos de se pronunciarem nesta sede sobre o que cabe à assembleia deliberar. Reiteramos, aliás, que a publicação do regulamento nos termos em que estava não dignifica quem o aprovou, não dignifica a autarquia nem o município. ----------

Por último, nas atividades indicadas pela Divisão de Turismo e Cultura: ----------

- Com data de 11 de janeiro, há a indicação da realização de uma prova escrita no âmbito de um concurso para assistentes operacionais (esse conceito manhoso, mais um, que foi introduzido na lei por mão de um governo do PS...). Que concurso é esse e que prova escrita foi essa? (inicio: após 2h e 11 minutos; fim: após 2h e 20 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que afirmou não ser possível afirmar datas com tanta precisão, no entanto, podia assegurar

que todas as obras de que falou, com a exceção do edifício municipal, estariam prontas no final do mandato. Deu ainda alguns detalhes sobre cada uma delas. Quanto aos concursos de turismo e cultura salientou que nenhum dos membros do executivo alguma vez fez parte do júri, não sabendo exatamente o que se passou, mas iria averiguar, adiantando que seriam abertos mais concursos devido ao aumento de trabalho que se avista com a transferência de competências. Em relação ao Regulamento de atribuição de bolsas, falou o Senhor Vice-Presidente e mencionou que as sugestões dadas pelo deputado João foram tidas em consideração, levadas ao jurídico e o Regulamento só ainda não estava na página da Câmara porque tinha de ser publicado em Diário da República primeiro. Em relação às bolsas de estudo do ensino superior, a da aluna em questão foi uma questão de tramitação interna, tendo sido feita a comunicação da aluna aos serviços, analisada e atribuída a bolsa de imediato, tendo demorado mais porque a mesma não podia receber bolsa de 2 entidades, e logo após comunicar de qual abdicava, o resto do processo foi rápido." (inicio: após 2h e 20 minutos; fim: após 2h e 31 minutos)

2) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, congratulou a contratação da veterinária municipal, no entanto, lamenta ser em regime de avença mensal. Estando prevista uma contratação efetiva, pediu esclarecimento porque não já. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a senhora veterinária tinha ido para a Câmara através da mobilidade intercarreiras, pelo DGAV, e tinha sido contratada por avença, na execução de um contrato com a DGAV, que assim exige, para a inspeção de leitões, que não sendo em horário completo, a avença complementa. (inicio: após 2h e 32 minutos; fim: após 2h e 35 minutos) ----------

3) LEI DOS COMPROMISSOS- ENVIO DE DECLARAÇÕES: ----------

Não havendo inscrições a senhora Presidente da Mesa avançou com a ordem de trabalhos. ----------

4) PROPOSTA Nº2/2019; PROPOSTA DE ADESÃO DA MEALHADA À REDE GLOBAL: ----------

A senhora Presidente da Mesa declarou aberto o ponto e depois das inscrições passou a palavras aos seguintes deputados: ----------

1) No uso da palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, leu a seguinte declaração: ----------

"Pelo que transparece da ata da reunião de câmara – 21 de janeiro – a deliberação sobre esta proposta foi tomada por unanimidade e sem qualquer discussão ou reflexão que ali transpareça. Trata-se da adesão à Rede Global de Cidades de Aprendizagem da UNESCO. ----------

É um projeto para o concelho ou um projeto para a cidade? (Parece que é para a cidade.) A descrição é genérica e insuficiente para uma adesão consciente, por assim dizer, das implicações, dos reais benefícios e, até, de eventuais cruzamentos ou sobreposições com outras participações do município. Por exemplo, a Mealhada também aderiu à Rede das Cidades Educadoras, de que, aliás, temos a noção de que não haverá muito a registar... Um prospeto que encontrámos uma vez nas escolas, talvez uma ou outra referência formal às cidades educadoras que por vezes é feita, mas não uma participação e intervenção contante, empenhada, profunda, com intencionalidade... que acaba por não ser possível também com a dispersão de missões em que a autarquia se envolve (e que a câmara e esta assembleia não cessam de multiplicar, como se viu com adesão por atacado à chamada descentralização). ----------

Na apresentação da proposta fala-se de uma "rede orientada para políticas internacionais": o que é isto? ----------

Faz-se o enfoque em dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que referem "educação inclusiva, equitativa e de qualidade" e "comunidades seguras, resilientes e sustentáveis". A conversa é sedutora... mas isto é o quê e para quê? ----------
Na apresentação da proposta é referido um "projeto de Cidade de Aprendizagem" acerca do qual será apresentado, bianualmente, um relatório de progresso. Não percebemos se ele já existe ou quando existirá e em que termos... É pensando num projeto que concreto que querem aderir a mais esta rede ou aderem e depois logo se verá? ----------
Um dos requisitos para a adesão é que "os órgãos autárquicos manifestem o seu compromisso político com a Declaração de Pequim sobre Aprendizagem ao Longo da Vida para Todos". O que, é claro, compromete cada um dos eleitos que aprovem esta decisão com a referida declaração... É um compromisso político que firmaríamos pela adesão! Lendo alguns tópicos da referida Declaração de Pequim, o que certamente todos fizemos, afigura-se-nos que um compromisso dessa ordem recomendaria ponderação, discussão e devia suscitar uma análise cruzada de matérias e não uma aprovação sumária e, eventualmente, precipitada. ----------
Não está em causa a bondade, pelo menos aparente, do projeto e de algumas fórmulas e linguagem que aparecem associadas a esta ou a estas iniciativas! Outros aspetos são mais discutíveis e fazem lembrar aquela linguagem que costuma servir para dar umas demãos de modernidade em tudo: desde projetos mais sérios, até às mais imbecis patetices. ----------
Não será pateta a rede promovida pela UNESCO. No entanto, entendemos que falta análise e discussão para dizer que sim. Dizer que sim só porque sim, não o faremos. Dizer que sim só porque parece ser coisa nova e boa, não parece critério suficiente. ----------
Entretanto, aproveitamentos o ensejo para requerer à senhora presidente se digne solicitar ao executivo um relatório relativo aos efeitos, iniciativas, atividades e resultados para o município da Mealhada que decorreram da adesão do município à outra rede, a chamada Rede das Cidades Educadoras. ----------
O PCP abster-se-á." ----------
Em reposta a estas questões foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente que refere que a adesão a esta proposta não tem qualquer custo para o município. Só poderiam passar à fase da candidatura depois do compromisso político assumido pelo executivo e pela Assembleia Municipal, candidatura essa que não é mais do que colocar em papel tudo o que já é feito no município. O Senhor Vice-Presidente nomeou algumas das iniciativas e atividades que já se praticam. Acrescentou que considera o município uma boa cidade educadora e que se vai continuar a trabalhar nesse sentido. (inicio: após 2h e 36 minutos; fim: após 2h e 47 minutos) ----------
2) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia, afirmou que o BE votaria favoravelmente porque considera que aquela adesão será uma forma de colocar as coisas no caminho certo. Referiu ainda alguns assuntos que pretende ver melhorados, nomeadamente no âmbito da sustentabilidade e inclusão e nomeou algumas situações concretas. ----------
O Senhor Vice-Presidente respondeu às questões, salientando que a adesão não teria custos para o município. (inicio: após 2h e 47 minutos; fim: após 2h e 53 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções relativas a este ponto, a Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Cristiana Raquel Alves Duarte, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte,Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Ruben Batista Fernandes, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Manuel Lindo Cardoso, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. O Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro, absteve-se. ----------

A PROPOSTA Nº2/2019; PROPOSTA DE ADESÃO DA MEALHADA À REDE GLOBAL foi aprovada em maioria com 25 votos a favor e com 1 abstenção. ----------

5) CPCJ – RELATORIO DE ATIVIDADES 2018:----------

A Senhora Presidente da Mesa deu uma explicação sobre a deliberação tomada em assembleia para indicação dos membros para a CPCJ. (inicio: após 2h e 54 minutos; fim: após 3h e 01 minutos) ----------

De seguida foi apresentado o relatório de atividades da CPCJ referente ao ano de 2018 (inicio: após 3h e 01 minutos; fim: após 3h e 19 minutos) ----------

Houve intervenções e comentários à apresentação que demostram o desassossego pelo número de casos ainda existentes de violência e negligência doméstica complementada ainda de uma explicação sobre os tipos de caso de exposição e processos existentes. --

Foi ainda dada a palavra ao deputado João Loureiro, que solicitou a transcrição das suas intervenções: ----------

Dividiremos a intervenção em duas partes, começando por cumprimentar os elementos da CPCJ e valorizar o trabalho feito; acrescentar uma saudação particular à sua presidente e ao seu empenho. ----------

I. Ao longo do tempo, o PCP tem acompanhado, também com diversas iniciativas legislativas na Assembleia da República, o funcionamento e dificuldades reportadas por muitas comissões de proteção de crianças e jovens. ----------

Sendo de outra natureza, recentemente foi aprovado na generalidade um projeto de lei que visa clarificar os papéis de quem decide nos processos de institucionalização de crianças e jovens em risco. O projeto baixou à comissão da especialidade com os votos favoráveis do PCP, BE, PEV, PAN e PS. A questão não será prioritária, talvez, para as situações que a CPCJ da Mealhada tem em mãos, mas é uma questão importante para a defesa das crianças e jovens em risco: evitar a sobreposição de papéis de decisores, porventura conflito de interesses, que acumulem funções em órgãos sociais de instituições que tenham por objeto acompanhar ou promover soluções de institucionalização de crianças e jovens em risco. Aquela sobreposição pode levar – e há fortes indícios de que isso suceda – a situações de opção e prolongamento da institucionalização, pelo que o projeto de lei do PCP pretende impedir que quem integre os órgãos daquelas instituições participe nas decisões que impliquem estas instituições. Claro que esta medida não é suficiente para resolver o grave problema das altas taxas de institucionalização e da tendência dominante para a sua perpetuação; mas será de acompanhar com atenção o que, após a discussão na especialidade, sairá da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República. ----------

A intervenção do PCP, em particular ao nível da Assembleia da República, acerca das CPCJ resulta, em grande medida, do conhecimento concreto das dificuldades e insuficiências encontradas no seu funcionamento. Noutro mandato, o PCP pediu uma reunião à CPCJ da Mealhada para se poder inteirar mais direta e detalhadamente de dificuldades sentidas no funcionamento desta comissão e poder encaminhar, dentro das suas possibilidades, as principais preocupações; e, certamente, das coisas que correm bem. ----------

Foi com surpresa, não o escondemos, que na altura, perante o nosso interesse e disponibilidade, recebemos uma resposta negativa em que não era considerada oportuna a reunião. Naturalmente que não deixámos de retirar conclusões da resposta. Ainda assim, mas não com dados que seria interessante respeitarem também à Mealhada, o PCP, em anteriores iniciativas na Assembleia da República, destacou um conjunto de dificuldades muito sentidas por outras CPCJ, entre elas: ----------

• Crescente complexidade e exigência no acompanhamento dos processos; ----------

• Significativa falta de técnicos a tempo inteiro; ----------

• Crescentes dificuldades para os serviços de origem disponibilizarem tempo aos respetivos profissionais que integram as comissões restritas; ----------

• Prejuízos para os professores em serviço nas CPCJ, no âmbito da avaliação de desempenho; ----------

• Escassez de meios técnicos, designadamente com disponibilidade de tempo para acompanhar de forma regular, efetiva e integrada cada processo, com prejuízos evidentes para a qualidade das avaliações diagnósticas e do acompanhamento na execução de medidas de promoção e proteção; ----------

• Degradação e desadequação das condições materiais de alguns edifícios onde funcionam CPCJ; ----------

• Falta de respostas sociais que permitam um trabalho integrado com as famílias de origem das crianças e jovens sinalizados, evidenciando a fragilidade atual das entidades que asseguram esta resposta social; ----------

• Grave carência de estruturas de acolhimento temporário e de emergência; ----------

• Crescente responsabilização das câmaras municipais na dinamização das comissões restritas; ----------

• Falta de respostas de acolhimento temporário e de instituições para receber rapazes a partir dos 12 anos. ----------

Por proposta do PCP está na Comissão de Trabalho e Segurança Social um projeto de resolução que pretende, precisamente, recomendar ao governo a adoção de medidas para resolver ou minorar alguns dos problemas identificados pelas CPCJ. ----------

II. Estamos todos recordados da polémica suscitada, no ano passado, pelo processo de indicação de eleitores para integrar a comissão alargada da CPCJ, uma indicação que compete a esta assembleia e que não deve ser confundida com a indicação de representantes da própria assembleia, ao invés do que acontece para outras entidades. - Continuamos a reprovar a solução que a maioria aqui escolheu, registando, uma vez mais, que por demasiadas vezes, os responsáveis do PS confundem maioria de votos com razão. A solução que foi adotada desvirtua o que se pretende com a designação de

eleitores e conduziu a uma desnecessária partidarização e a uma parlamentarização, ainda por cima absurda, da escolha feita pela assembleia. ----------

Mas, para além dessa matéria, outra aqui se colocou, tendo também em relação a ela pesado, não a razão, mas o número de votos que o PS aqui tem... Teve a ver com a substituição de um elemento da comissão alargada que não deveria ter sido substituído porque, como aqui outros alertaram, o próprio e até a presidente da CPCJ, o seu mandato ainda não tinha sido cumprido. ----------

É com perplexidade que verificamos que, havendo uma resposta da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens pedida pela CPCJ da Mealhada, datada de julho passado, não tenha esta resposta sido divulgada pelos membros da assembleia! A não ser hoje. Sete meses após? A senhora presidente não a conhecia? Porque decidiu não a divulgar aos membros desta assembleia? ----------

O parecer da Comissão Nacional não deixa margem para dúvidas. Não deveriam ter sido indicados quatro elementos porque havia quem tivesse ainda mandato para cumprir. O parecer não deixa dúvidas: a maioria dos votos não quis dizer – e muitas vezes não quer – que a razão estivesse do lado de quem impôs a cessação de mandato que não devia ter acontecido. ----------

Mas afinal porque é que este parecer, há tanto tempo do conhecimento da senhora presidente, ainda não tinha sido divulgado aos membros da assembleia em sessão anterior? Por esquecimento? Sonegação de informação? Porque não agradou à maioria que estava tão certa da razão do seu número de votos? ----------

O PCP solicita à senhora presidente os esclarecimentos que são devidos, pedindo que eles sejam vertidos para a ata. ----------

A Senhora Presidente da Mesa respondeu que foi pedido um parecer sobre esse assunto sobre a situação real do que se tratou e que o Senhor Deputado já tinha sido esclarecido, formal e informalmente, presumindo que não se tenha esquecido, apesar de agora utilizar pergunta como se nunca se tivesse falado sobre o assunto. Desde que o parecer chegou foi dado conhecimento à Assembleia, logo na sessão seguinte. Voltou a explicar o que diz o parecer, concretamente sobre a duração dos mandatos dos membros que constituem a CPCJ quando são nomeados pela Assembleia. Mas, o que estava em causa é que quando alguém a meio do mandato, por qualquer razão pessoal, deixa de comparecer na CPCJ e deixa de lá estar, é substituído, mas não indicado pela Assembleia, pois não há deliberação da Assembleia nesse sentido, e por isso, completa o mandato de quem vai substituir. (inicio: após 3h e 33 minutos; fim: após 3h e 51 minutos)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela 1 hora do dia 29 de fevereiro de 2019, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por mim, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no nº2 do artº92 da Lei nº169/99 de 18 de setembro.

Daniela De Melo Estev